

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

INOVAÇÃO EM POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO: INTERDISCIPLINARIDADE E CIÊNCIA-AÇÃO NA FORMAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Jobson Louis Almeida Brandão 1, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal de Alagoas; Bibliotecário-Documentalista e Gestor de Inovação no Instituto Federal da Paraíba - Campus João Pessoa, ORCID <https://orcid.org/0000-0003-4146-5747>, Brasil, e-mail jobson.brandao@ifpb.edu.br

Gustavo Henrique de Araújo Freire 2, Professor Titular e Chefe do Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professor Permanente do Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica convênio com a UFRJ, ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9296-2340>, Brasil, e-mail gha.freire@gmail.com

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio).

1 Introdução

A Ciência da Informação no Brasil continuamente repensa suas práticas formativas frente às transformações sociotecnológicas contemporâneas. Nesse contexto, a inovação em políticas de informação emerge como estratégia para atender às demandas informacionais da sociedade, articulando teoria e prática, em aquiescência com o propósito deste campo científico (Araújo, 2018). A disciplina de Políticas de Informação, ofertada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), destaca-se por promover abordagens interdisciplinares e metodologias participativas.

Este estudo aborda o I Seminário de Inovação em Políticas de Informação, realizado em 10 de dezembro de 2024, como uma iniciativa pioneira no âmbito da disciplina. Organizado em parceria entre o PPGCI/UFPB e o Grupo de Pesquisa PROJECIT do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq), o evento promoveu diálogo interdisciplinar por meio de cinco palestras, abordando solicitude organizacional, relação entre políticas de informação e inovação, método ciência-ação, atuação da CI no ciberespaço e proposição de uma agenda de pesquisa interinstitucional.

O problema de pesquisa investiga o potencial do seminário como estratégia inovadora para a formação científica, com foco na integração de diferentes níveis de ensino e áreas de conhecimento e na aplicação do método ciência-ação, uma abordagem colaborativa que combina reflexão em ação, resolução de problemas e intervenção científica, contrapondo teorias proclamadas e teorias em uso (Brandão, 2022; Almeida, Perucchi e Freire, 2020). A relevância do estudo reside na análise de uma experiência inédita no Nordeste brasileiro, que conecta atores de distintos contextos educacionais e valida metodologias participativas, oferecendo subsídios para o aprimoramento das práticas formativas interdisciplinares na Ciência da Informação.

O objetivo geral do presente trabalho consiste em avaliar o I Seminário de Inovação em

Políticas de Informação como uma ação científica inovadora para a formação em Ciência da Informação. Os objetivos específicos incluem: (1) caracterizar o seminário como iniciativa interdisciplinar; (2) analisar a aplicação do método ciência-ação no evento; e (3) refletir sobre seu impacto na formação em Ciência da Informação no Brasil.

2 Referencial Teórico

No campo científico da Ciência da Informação, o dinamismo da área de ensino e pesquisa denominada Políticas de Informação requer constantes inovações teóricas e metodológicas para a formação de pesquisadores e profissionais capazes de atuar consciente e proativamente diante dos desafios contemporâneos nos diversos e abrangentes regimes de informação.

As políticas de informação, neste estudo, são compreendidas como categoria de políticas públicas que regulam a criação, fluxo e uso da informação, abrangendo dimensões comunicacionais, culturais e tecnológicas (Braman, 2011). Marques e Pinheiro (2013) defendem a ampliação de seu escopo para atender às demandas da sociedade informacional. A compreensão do papel, dos atores envolvidos e do campo de ação das políticas de informação é fundamental para o planejamento público em tempos de desigualdade informacional. Neste sentido, Freire (2008) destaca seu caráter participativo, mediando avanços científicos e necessidades sociais.

Braman (2009) analisa o papel do Estado e os regimes globais de políticas de informação como expressões dinâmicas de poder. Para Jaeger e Taylor (2019), essas políticas funcionam como mecanismos institucionais para gerir o ciclo informacional e moldar comportamentos. Braman (2009) ressalta que, mesmo quando não formalizadas, as políticas informacionais refletem concepções de poder que orientam seus objetivos e efeitos. Crítica abordagens simplificadas sobre o poder e propõe uma quarta forma — o poder informacional — além das dimensões instrumental, estrutural e simbólica. Na era da

digitalização, essa forma torna-se central, exigindo análises mais complexas.

A sociedade contemporânea, ou sociedade do algoritmo, reconfigura o poder, incorporando sua dimensão virtual. Braman (2009) destaca que esses modos de poder coexistem, mas sua análise torna-se cada vez mais complexa. Nesse contexto, emerge o conceito de Estado informacional, resultado da transformação do Estado-nação. Segundo Braman (2011), esse Estado articula múltiplas interdependências com entidades estatais e não estatais, apoiando-se em infraestrutura global de informações. Assim, a criação, o fluxo e o uso da informação tornam-se centrais à governança e ao exercício do poder político e econômico.

Embora o Estado tenha papel central na formulação de políticas de informação, sua eficácia depende da participação da sociedade, especialmente da comunidade científica. Para Braman (2009), a própria definição de “informação” em uma política é um ato político, atravessado por disputas de poder. A multiplicidade de definições é possível porque a informação, em sua circulação e uso, afeta diretamente a estrutura e o exercício do poder.

A inovação em políticas de informação exige, portanto, uma abordagem interdisciplinar, sensível à complexidade de sociedades conectadas e desiguais (Sassi, 2019; Nirenberg, 2013). O método ciência-ação, por sua natureza colaborativa, alinha-se a essa perspectiva, promovendo soluções práticas e reflexivas (Almeida, Perucchi e Freire, 2020).

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa adota abordagem qualitativa, com estudo de caso sobre o I Seminário de Inovação em Políticas de Informação, realizado em 10 de dezembro de 2024 no PPGCI/UFPB. Complementam-se pesquisa documental e observação participante. O método central é a análise descritiva e interpretativa, voltada à reflexão sobre o evento e seus elementos inovadores.

O universo da investigação é o próprio seminário, tendo como população-alvo os

palestrantes (pesquisadores do PPGCI/UFPB e PROJECIT/IFPB) e ouvintes (estudantes de diferentes níveis e áreas). As técnicas de coleta incluem análise documental, análise de conteúdo e observação participante, com uso de roteiro, matriz analítica e diário de campo. A análise articula descrição (caracterização do evento) e interpretação (impacto formativo na área), com triangulação de dados para aprofundar os resultados.

4 Resultados Parciais

A análise preliminar do I Seminário de Inovação em Políticas de Informação destaca seu caráter inovador na integração de diferentes níveis de ensino (pós-graduação, graduação e técnico) e na promoção de diálogos interdisciplinares. A parceria UFPB-IFPB foi essencial, viabilizando a troca de experiências entre pesquisadores. As cinco palestras abordaram temas alinhados aos desafios contemporâneos do campo científico, como a solicitude organizacional, que destacou a importância de conhecer e reconhecer suas dimensões nas práticas de criação e de conhecimento e inovação contínua, e a atuação da Ciência da Informação no ciberespaço, com foco em inovação para ensino, pesquisa e extensão. O método ciência-ação, aplicado no planejamento do evento, demonstrou potencial para articular teoria e prática, promovendo soluções contextuais. A participação ativa de estudantes e a proposição de uma agenda de pesquisa interinstitucional reforçam o impacto formativo do seminário.

5 Considerações Parciais

O I Seminário de Inovação em Políticas de Informação constitui uma iniciativa pioneira para a formação em Ciência da Informação no Brasil, promovendo a integração de atores e metodologias participativas. Seus principais contributos incluem a valorização da interdisciplinaridade, a articulação do ensino técnico à pós-graduação, e a validação do método ciência-ação como ferramenta de intervenção científica. A experiência enriquece as perspectivas epistemológicas deste campo científico ao integrar teoria e prática em

contextos formativos. Limitações do estudo incluem a escala inicial do evento, restrita, por enquanto, a uma edição, por se tratar da primeira, e a necessidade de maior diversidade institucional entre os participantes. Como impactos, espera-se que o seminário inspire práticas formativas inovadoras, fomentando redes de colaboração e contribuindo para o avanço da CI no Brasil, oferecendo um modelo de ensino e pesquisa replicável para outros programas de pós-graduação.

6 Referências

- Almeida, J. L. S. de, Perucchi, V., & Freire, G. H. de A. (2020). Ciência-Ação em Ciência da Informação: Um método qualitativo em análise. *Encontros Bibli*, 25, 1-24. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/artic/e/view/1518-2924.2020.e66993/41947>
- Araújo, C. A. Á. (2018). *O que é ciência da informação*. Belo Horizonte: KMA.
- Braman, S. (2011). A economia representacional e o regime global da política de informação. In M. L. Maciel & S. Albagli (Orgs.), *Informação, conhecimento e poder: Mudança tecnológica e inovação social* (Cap. 2, pp. 41–66). Rio de Janeiro: Garamond.
- Braman, S. (2009). *Change of state: Information, policy, and power*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Brandão, J. L. A. (2022). Modelo teórico-pragmático para políticas de informação em bibliotecas [Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24924>
- Freire, G. H. de A. (2008). Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 13, 195–207.
- Jaeger, P. T., & Taylor, N. G. (2019). *Foundations of information policy*. ALA Neal-Schuman.
- Marques, L. E., & Pinheiro, M. M. K. (2013). A cúpula mundial sobre a sociedade da informação: foco nas políticas de informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, 23(1), 117–131.
- Nirenberg, O. (2013). *Formulación y evaluación de intervenciones sociales*. Buenos Aires: Noveduc.

Sassi, A. P. (2019). Cartografia como ferramenta para análise de políticas públicas. In E. M. Neves (Org.), *Textos em ciências sociais: Pesquisa e conhecimento na interface sociedade-saúde*. João Pessoa: UFPB.